

EDITORIAL

É com satisfação que vimos aqui apresentar mais um número da Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. O presente número – 83 –, o segundo do ano de 2014, brinda mais uma vez o seu leitor com dez artigos, sempre privilegiando as áreas de Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Privilegia também a publicação de contribuições de autores de várias regiões do país, além de contribuições internacionais, o que evidencia, cada vez mais, o esforço empreendido pela revista em contribuir para o avanço das pesquisas na área de educação que possam, num futuro breve, refletir a melhoria do sistema educacional brasileiro. Passemos então rapidamente pelos artigos que fazem parte desse número da nossa revista.

De autoria de Eli Borochovicus e Jussara Cristina Barboza Tortella, o artigo intitulado “Aprendizagem baseada em problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas”, lança luz sobre o método “Aprendizagem Baseada em Problemas” – em inglês *Problem-Based Learning* – através de um estudo de caso em um curso de administração numa universidade de São Paulo. O método em questão tem como objetivo fazer com que o aluno seja capaz de construir seu próprio aprendizado através de problemas que exponham situações motivadoras. Nesse sentido, além do referido método, o artigo também aborda a tão falada geração Y.

O Segundo artigo deste número é a contribuição do autor argentino Nicolás Isola. “O Aviltamento dos números. Um olhar moderno sobre o INDEC e os operativos nacionais de avaliação na Argentina no Século XXI” aborda as dificuldades que a Argentina tem enfrentado para fortalecer e aprimorar os órgãos responsáveis pela avaliação educacional. Nesse sentido, privilegia dois eventos que, segundo Isola, “tendem a desvalorizar os dados públicos”. O primeiro trata da intervenção do Instituto Nacional de Estatística e Censos, e o segundo, da disseminação da Avaliação Operacional Nacional. Após analisar os dois eventos, o autor conclui que urge mais transparência de figuras públicas, bem como a melhoria na profissionalização dos organismos responsáveis por produzir os dados estatísticos.

Intitulado “Uma proposta de Instrumento para Avaliação da Educação a Distância”, o terceiro artigo deste número lança luz sobre uma temática pouco estudada, mas muito importante. Cláudia Cruz Rodrigues, José Duarte Ribeiro, Marcelo Cortimiglia e Cristiane Bündchen, autores do artigo, propõem um instrumento de avaliação para a educação a distância que vem sendo aplicado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O Instrumento em questão é composto de 67 itens que permitem avaliar três dimensões relativas à educação a distância, quais sejam: o corpo docente, corpo de tutores e coordenação; organização didático-pedagógica e, por fim, as instalações físicas. Talvez em face da escassez de instrumentos para avaliar a educação a distância, os autores concluem que o instrumento por eles idealizado pode ser aplicado em qualquer instituição, seja ela pública ou privada.

Em seguida, o artigo de Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho, Luciana Pacheco Marques e Verônica Branco trata das políticas públicas municipais para educação em tempo integral. O artigo privilegiou duas experiências ocorridas no sul e no sudeste. Num primeiro momento, os autores relatam estas experiências, destacando a importância da “formação completa do ser humano como parte integrante das funções da escola”. Num segundo momento, os autores partem para a comparação das duas experiências de ampliação da jornada escolar a partir de critérios como os espaços utilizados, a organização do tempo e os sujeitos que nela atuam.

O quinto artigo trata de uma questão que está na ordem do dia: as políticas públicas para educação inclusiva. Bruno Américo, Fagner Carniel e Adriana Takahashi, autores do artigo, procedem à análise de como, a partir do decreto nº 6.571/2008, a educação inclusiva tem sido gerida no Brasil. A análise se desenvolve em duas etapas de pesquisa, quais sejam: uma mais geral, que privilegiou o conjunto das secretarias de educação no Brasil e outra mais específica, que privilegiou a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte. Neste último caso,

os autores concluíram que a gestão das políticas públicas em educação inclusiva permite que se questione a eficácia das políticas do “conhecimento oficial” bem como suas “outras formas de narrar tanto a educação especial quanto a própria pluralidade de lógicas e vivências sociais.”

De autoria de Adailda Gomes de Oliveira, o sexto artigo é intitulado “Políticas educacionais e a qualidade da educação nos municípios fluminenses: alguns recortes”. Nele, a autora apresenta um mapeamento da situação educacional nos municípios do Rio de Janeiro, partindo da análise do Plano de Ações Articulada (PAR). Como conclusão, a autora aponta que a gestão das políticas educacionais permanece como um tema importante a ser privilegiado pela agenda política do Brasil.

“A formação do Professor da Educação Básica entre políticas públicas e pesquisas educacionais: uma experiência no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais” é a contribuição de Ademilson de Sousa Soares para este número da Revista Ensaio. O artigo em questão destaca a importância do diálogo entre os programas de pós-graduação em Educação, os cursos de formação de professores e a realidade das escolas brasileiras de Educação Básica. Neste sentido, o autor analisa o projeto *Prodocência* desenvolvido pela Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais de modo a perceber como, a partir desse diálogo, a UFVJM busca consolidar os cursos de licenciatura.

A evasão nos cursos de Educação a Distância é o tema do oitavo artigo apresentado neste número. De autoria de Ibsen Mateus Bittencourt e Luis Paulo Leopoldo Mercado, o artigo utiliza metodologia de pesquisa qualitativa-quantitativa, de modo a demonstrar como a evasão em cursos na modalidade de Ensino a Distância tem aumentado e ainda não existe política pública eficaz para combatê-la. A pesquisa possibilitou que os autores constatassem algumas das principais causas da evasão, entre as quais a insatisfação com o tutor e professores.

Roberto Brasileiro Paixão, Adriano Bruni, João Luiz Becker e Robinson Moreira Tenório são os autores do nono artigo, que privilegia a avaliação de mestrados profissionais. Nesse sentido, com o objetivo de analisar possíveis indicadores de impactos destes cursos a partir de uma perspectiva multidimensional, foi realizada uma pesquisa que utilizou a técnica Delphi em três rodadas, com as participações de coordenadores de Mestrados Profissionais, Coordenadores de área da CAPES e pesquisadores com artigos acadêmicos sobre o tema. Concluiu-se que a eficácia é a principal dimensão da maioria dos indicadores.

Por fim, a *página aberta* desse número ficou a cargo de Rodrigo Lamosa e Carlos Frederico Loureiro. Tratando da relação entre o agronegócio e a educação ambiental, os autores privilegiam o programa “Agronegócio na Escola”, desenvolvido pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Deste modo, argumentam que as escolas públicas e a educação ambiental tem sido utilizadas como “espaço e instrumento de difusão da nova sociabilidade do patronato rural e da ideologia do desenvolvimento sustentável”. Como conclusão, os autores demonstram que é possível identificar que o programa privilegiado no artigo é uma via de se garantirem elementos indispensáveis para a qualidade da escola pública, como a formação de professores, material didático e projetos educacionais. Por outro lado, destacam que a inserção desse projeto privado numa escola pública relativiza sobremaneira o caráter público desta última, posto que, de acordo com esses autores o ensino promovido nesse espaço passa a atender e a ser mediado por interesses do mercado.

Apresentados os artigos, e com a certeza de que são importantes contribuições para o avanço das pesquisas na área de Avaliação e Políticas Públicas em Educação, só nos resta desejar a todos uma boa leitura!